

"DÉFICIT" ESCOLAR NO ENSINO PRIMÁRIO E SUAS IMPLICAÇÕES

Zenaide Cardoso Schultz *) - INEP

O diagnóstico da situação educacional no país, alvo dos estudos e pesquisas a que, no Ministério da Educação e Cultura, se dedica o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, vem sendo esclarecido com a configuração de novos esquemas até então não evidentes, principalmente com relação ao ensino primário. Devido ao seu caráter de obrigatoriedade e de educação básica geral, análises mais minuciosas têm sido feitas sobre ele.

Muitas vezes empresta-se, à primeira vista, a quantitativos numéricos, significados que não expressam a realidade completa, e a interpretação dos fatos pode resultar distorcida.

O censo escolar, realizado em 1964, por iniciativa do INEP, com a cooperação do IBGE e das Secretarias de Educação dos Estados, revelou que, das crianças de 7 a 14 anos, num total de 13,5 milhões estavam escolarizadas e 4,7 milhões não frequentavam escolas, o que representaria um déficit de escolarização de 34% da população na faixa etária de obrigatoriedade da educação elementar.

Se, considerando o número absoluto deste déficit - 4,7 milhões - sentimos a amplitude do problema, mais grave ele se torna quando se analisam as causas da não escolarização deste vultoso contingente de crianças. As apurações finais do censo escolar vêm esclarecer que, deste total, apenas 1,4 milhões (10%) não estudam por falta de escola no local ou por falta de vaga na escola existente. Os demais 3,3 milhões (24%) não se matricularam por motivos outros, alheios à presença ou não de escola, como: por pobreza, por terem que trabalhar, por deficiência física ou mental, por doença, por já terem concluído o curso primário ou por desinterêsse.

O déficit do ensino primário não é, como se verifica, devido somente à falta de escola. Outros fatores de mais difícil e lenta controle interferem para sua existência. O problema aí escapa, em sua maior parte, da área da educação e se situa no âmago do complexo sócio-econômico de subdesenvolvimento. Mais detido exame demonstra que o problema apresenta aspecto mais grave, como era de se esperar, nas zonas rurais, onde o baixo nível econômico-cultural é o principal responsável pela não frequência à escola.

Daqueles 3,3 milhões que não procuraram matrícula, independente da existência ou não de escola, 2,0 milhões (quasi 2/3) se localizam na zona rural.

A escola só subsiste quando a comunidade sente sua necessidade. Do contrário, permanece vazia, fechada ou mesmo inexistente pela indiferença local.

Ainda o censo escolar configura em números este fato, quando estudou a escolarização das crianças de 7 a 14 anos, segundo o nível de instrução do pai ou responsável.

Criança cujo pai ou responsável (*)	Frequentam ou frequentaram escola	Não frequentam nem frequentaram escola
É analfabeto	57,3%	42,7%
Tem instrução primária	84,0%	16,0%
Tem instrução média	96,0%	4,0%
Tem instrução superior	97,2%	2,8%

(*) Anais da "II Conferência Nacional de Educação". INEP - 1967.

Embora haja grande carência escolar não se poderia chamar "excedentes" às crianças não escolarizadas que não demandaram matrícula. Eis porque o ensino primário apresenta dificuldades peduiliars não resolúveis por simples programas de ampliação da rêde. Aqui, no próprio Estado da Guanabara, de população concentrada e urbana, ainda há vagas nas escolas primárias e foi necessário criar-se um serviço de fiscalização da frequência escolar para conduzir à escola aquêles que não a procuram.

A solução do problema da ampliação da rêde escolar requer esforço conjugado de recursos entre os três níveis administrativos (federal, estadual e municipal) para poder racionalizar-se a atuação dos Poderes Públicos e obter-se o rendimento desejado, evitando-se o desperdício e a dispersão de energias. Esse o objetivo dos programas de Assistência Técnica Federal aos Estados.

Dentro dêsse raciocínio é evidente que, como primeira prioridade, a atenção deve ser voltada para as crianças que demandam matrícula (1,4 milhões). As restantes não escolarizadas se irão integrando paulatinamente no programa, na medida em que providências articuladas pelas três órbitas governamentais possam ir sanando aquelas causas básicas da estrutura sócio-econômica, e que a demanda se manifeste.

Por outro lado há um déficit registrado no censo escolar que não é aparente no simples cômputo das matrículas e, este sim, é mais flagrante nas zonas urbanas das grandes concentrações populacionais mais desenvolvidas. Trata-se das escolas que subdividem sua matrícula em três e mais turnos, prejudicando o ensino destas crianças pela redução do tempo de aula. Nestas áreas, pois, a carência requer também

classificação de primeira prioridade, considerando-se que a solução da demanda, pela redução do tempo e, por conseguinte, da qualidade do ensino, não é justificável.

O Censo escolar revelou que mais de 2 milhões de crianças estudam nestas condições precárias.

Temos ainda que levar em conta que há dois grupos de crianças que não constam das matrículas do ensino primário e não representam "déficit", mas são arroladas como tal. São as que já concluíram o curso e as que estão ou já estiveram matriculadas no ensino médio e não ultrapassaram os 14 anos.

O censo escolar registrou que 208 mil crianças da faixa etária em estudo já tinham concluído o curso primário e 406 mil estão frequentando o ginásio, além de quase 10 mil que já o tinham frequentado.

Vê-se assim que a simples comparação, entre a população escolarizável (número de crianças de 7 a 14 anos) e a matrícula da escola primária, não nos presta uma informação real sobre o "déficit" de matrícula, valendo apenas como um dado aproximado da realidade, de caráter muito global e de significação muito elástica.

Daí a necessidade urgente e inadiável dos estudos e levantamentos locais para o conhecimento da realidade educacional de setores geográficos cada vez menores (cidades, bairros, vilas, povoados, áreas dispersas) até chegar-se à diminuta área do raio de alcance de cada escola.

Este programa de ação foi previsto pelo censo escolar que doou às Prefeituras Municipais, para análise de suas carências, todos os questionários (chamados "Boletim de Família CE-1"), já classificados por pequenos setores geográficos, e onde constam todos estes informes básicos, colhidos de casa em casa pelos recenseadores nas zonas urbanas e rurais de cada município, inclusive nome, endereço e filiação de todas as crianças de 0 a 14 anos recenseadas no âmbito municipal.

O Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, como um dos programas de Assistência Técnica do INEP, visa a contribuir para a sistematização desse esforço racionalizador e para o fortalecimento da interrelação administrativa, desenvolvendo um tipo de trabalho normativo, dentro da política educacional, na elaboração dos programas de construções escolares com base em estudos preliminares das realidades específicas locais e das metas e prioridades nacionais estabelecidas.

Associando-se os programas de assistência técnica aos de auxílios financeiros decorrentes dos convênios celebrados anualmente, entre o Ministério da Educação e Cultura e as Secretarias de Educa-

ção dos Estados, estaremos abrindo amplos e claros caminhos para a necessária revisão dos critérios adotados nos planejamentos educacionais, a fim de poder-se evoluir dos planos fracionados para planos integrados que envolvam os três níveis de ensino como um todo sequente, e sirvam de suporte à promoção do desenvolvimento econômico do país, tendo em vista "a interdependência complementar e convergente, entre o desenvolvimento econômico e o da educação".

(*) - Técnica de Educação do MEC. Chefe de Seção do INEP. Membro da Comissão Central do Censo Escolar do Brasil. Assessora do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares. Coordenadora do Grupo de Trabalho de Estatísticas Educacionais.